

## **POR UMA GRAMÁTICA TEXTUAL**

**Ignacio Antonio Neis**

Pós-Graduação em Lingüística e  
Letras da PUCRS

### **1 — INTRODUÇÃO**

As descrições, tanto da lingüística estrutural quanto da gerativo-transformacional, que sempre se ativeram a pesquisar problemas relativos à frase ou aos componentes frasais, mas dentro dos limites da frase, orientaram as aplicações da lingüística quer ao ensino de línguas, quer à tradução. Constatase facilmente que, nos métodos tradicionais de ensino do léxico, das estruturas gramaticais, da correção morfossintática e prosódica, da leitura e mesmo da redação, os modelos aplicados nas diversas formas de atividades ou técnicas de ensino focalizam centralmente problemas cujo limite de complexidade se encerra na frase.

Por isso, antes mesmo de se desenvolvem especulações teóricas, é de grande interesse para o processo de ensino/aprendizagem da linguagem a hipótese de que a comunicação lingüística se efetua, não com frases sucessivas, mas com textos, e de que, em qualquer texto, encontram-se elementos essenciais, ausentes ou inexplicáveis dentro das frases tomadas isoladamente.

Constatando a existência de relações específicas interfrasais e a possibilidade de se definir um texto como um todo coerente, um grande número de lingüistas modernos europeus, desde o fim da década de 1960, passaram a formular hipóteses e a estabelecer princípios de novos modelos de descrição lingüística que ultrapassem o âmbito da frase; e procuraram elaborar gramáticas que dêem conta dos problemas de coerência textual e que sejam adequadas tanto para caracterizar os diversos aspectos dos diferentes tipos de textos quanto para engendrar modelos de produção de textos bem formados de acordo com determinada língua.

O presente artigo tem como objetivo dar uma visão de conjunto sucinta quanto ao surgimento e ao objeto da gramática textual. Na seqüência das seções, encontrar-se-á, primeiramente, uma menção a pesquisas anteriores sobre problemas do discurso e da narrativa, e um apanhado da evolução da lingüística que possibilitou chegar-se à gramática de texto; a seguir, uma apresentação sistematizada das motivações que levaram os lingüistas a se debruçarem sobre problemas específicos do texto; e, enfim, uma exposição sobre os elementos fundamentais que constituem o objeto da gramática de texto, nos níveis micro e macroestrutural.

## 2 — EM BUSCA DE UMA GRAMÁTICA DE TEXTO

### 2.1 — Análises de discurso

As origens da reflexão teórica moderna sobre o discurso remontam aos anos de 1910-1920. É uma época em que a lingüística estrutural (pós-saussuriana), em decorrência da distinção entre língua e fala, recusa-se a assumir uma teoria do discurso, considerando pertinente para a análise lingüística somente o estudo das unidades lingüísticas e sua organização em estruturas hierarquizadas de diferentes níveis (fonológico, morfológico e sintático), cujo limite superior é a frase. Mas, por outro lado, o princípio da imanência, a noção de estrutura e suas conseqüências metodológicas centralizam as preocupações dos formalistas russos, que elaboram um tipo radicalmente novo de análise sobre os textos, partindo de conceitos próximos da lingüística saussuriana e trazendo, implícita, uma reflexão sobre o problema do discurso. As Teses do Círculo Lingüístico de Praga (1929) contêm o esboço dos principais elementos teóricos, posteriormente desenvolvidos por Jakobson no âmbito da lingüística funcional, na perspectiva das diferentes formas do discurso (Provost-Chaveau, 1971, p. 6-7).

Como resultado das Teses de Praga, que apregoam a extensão dos limites da lingüística estrutural através da teoria das funções da linguagem, um dos objetos de estudo da lingüística européia, sob a liderança de E. Benveniste, de R. Jakobson e, mais tarde, de T. Todorov e de J. Dubois, passou a ser a enunciação: procura-se analisar o enunciado como objeto fabricado, onde o falante se inscreve dentro de seu próprio discurso, através de suas "marcas enunciativas"; ou seja, analisa-se — em oposição à pesquisa lingüística da gramática da língua (modelo de competência) — o desempenho verbal do falante; com isso, chegar-se-á à teoria da enunciação, que permitirá propor uma tipologia dos discursos, funda-

mentada no processo de sua geração e inserida no modelo geral da comunicação (Provost-Chaveau, 1971, p. 11-4).

Os estruturalistas americanos também haviam compreendido — mas numa direção completamente diferente — que as frases de um enunciado fazem parte de um discurso coerente. Na perspectiva deles, o enunciado, de qualquer extensão que seja, é visto em termos behavioristas, sendo objeto de direito da lingüística, a ser descrito com seus processos estruturais específicos. Empreendendo sua conhecida "análise do discurso", Z. Harris vai aplicar os métodos distribucionais ao "enunciado seguido", visando a estudar a existência de relações distribucionais entre as frases de um discurso num nível superior ao da frase (Provost-Chaveau, 1971, p. 12-3). Note-se, entretanto, que as descrições das relações intratextuais feitas por Z. Harris e seus discípulos nas análises de discursos limitam-se a levantar "equivalências e co-ocorrências morfemáticas e sintáticas"; na sua teoria distribucional, as relações semânticas, apesar de serem consideradas pertinentes, escapam à análise (Van Dijk, 1973, p. 182-3).

### 2.2 — A análise da narrativa

Entre as disciplinas que se interessaram especialmente pelas idéias estruturalistas relativas ao discurso, podem ser citadas a antropologia, a análise dos mitos, a análise de conteúdo, que recorrem freqüentemente a descrições estatísticas; mas, sobretudo, a teoria da literatura e a análise da narrativa que, devido ao caráter próprio de seus objetos empíricos, postulavam o desenvolvimento de uma teoria lingüística do texto, ou de uma lingüística do discurso, particularmente do texto narrativo visto como discurso (Barthes, 1966, p. 3).

Os teóricos da análise da narrativa tentam estabelecer um princípio de classificação e de descrição que permita ultrapassar a lingüística da frase e passar à lingüística do discurso; por outro lado, além da frase, nada vêem no discurso a não ser outras frases. Assim, postulam uma relação de homologia entre a frase e o discurso, "na medida em que uma mesma organização formal regula provavelmente todos os sistemas semióticos"; "a narrativa participa da frase, sem jamais poder reduzir-se a uma soma de frases: na narrativa é uma grande frase..." (Barthes, 1966, p. 3-4).

A análise estrutural da narrativa — inspirada principalmente nos trabalhos de V. Propp, I. Tynianov e outros formalistas russos, e desenvolvida intensamente na França por Barthes, Greimas, Rastier, Bremond, Todorov, Genette, Kristeva e outros

—propõe um modelo abstrato e arquetipal da estrutura narrativa, postulando a existência de uma macroestrutura textual subjacente ao texto, analisável através das funções propostas por Propp. Ora, as hipóteses da análise da narrativa que estabelecem uma homologia entre tais estruturas profundas do texto e as estruturas das frases, mesmo revelando um grande número de convergências, não resultaram na formalização de teorias unificadas com regras explícitas sobre a macroestrutura semântica textual (Van Dijk, 1973, p. 189-91). Isso talvez não seja surpreendente, considerando-se que, conforme Barthes (1966, p. 22), o último nível que a análise narrativa atinge é, devido ao seu caráter imanente, o código narrativo. Para explicar seu sentido profundo, "é necessário passar, a seguir, a uma outra semiótica".

Ma's recentemente, tem sido proposta por teóricos da literatura ou da lingüística textual — Barthes, Bremond, Chabrol, Alexandrescu, Maranda, Greimas, Schmidt, Van Dijk — uma integração dos estudos sobre a narrativa na gramática textual (cf. Chabrol et alii, 1973). Neste sentido, por exemplo, afirma Van Dijk (1973, p. 185) que "uma gramática literária pode basear-se numa gramática textual, mas não pode ser reduzida a ela, porque possui termos interpretados e regras ausentes de uma gramática textual não literária". Indo mais longe, Chabrol (1973, p. 15) questiona sobre a possibilidade de se poder descrever qualquer texto por meio de uma só gramática.

### 3 — DOS FUNDAMENTOS DA LINGÜÍSTICA TEXTUAL

#### 3.1 — Uma nova metodologia na pesquisa lingüística

A lingüística de texto busca uma fundamentação sólida para suas pesquisas, para a verificação de suas hipóteses, para suas conclusões e generalizações. Seguindo a metodologia científica, visa a elaborar uma teoria, reconstruindo de maneira racional e explícita o sistema abstrato que supõe servir de base a todos os textos reais e possíveis; em outras palavras, procura estabelecer um número finito de regras que possam descrever ou gerar o conjunto infinito dos textos possíveis de uma língua. Sua função será, pois, de caracterizar o sistema que subjaz a este conjunto, do qual cada texto concreto é apenas uma manifestação acidental.

Pode-se afirmar com Van Dijk (1973, p. 179) que, entre as teorias lingüísticas, foi sem dúvida a gramática gerativo-transformacional a que melhor realizou uma teorização de acordo com os critérios metodológicos acima referidos. Segundo este

autor, o caráter algorítmico das descrições exigiu a formulação de regras explícitas, capazes de descreverem estruturalmente o conjunto infinito das frases de uma língua; por outro lado, a intuição dos lingüistas sobre sua própria língua possibilita-lhes, geralmente, a avaliação das frases derivadas por meio de regras hipotéticas. Legou-nos a lingüística gerativa — além de uma descrição explícita de sistemas de línguas e de seu conhecimento ideal (a competência) — uma revolução metodológica, pelo fato de orientar as pesquisas desta área para a utilização de métodos hipotético-dedutivos.

#### 3.2 — A evolução da gramática gerativo-transformacional

A gramática gerativa de Chomsky que, na origem, em *Syntactic Structures* (1957), havia sido essencialmente sintática e morfofonológica, sofreu sua primeira evolução com *Aspects of the Theory of Syntax* (1965), integrando a semântica sob a forma de componente destinado a interpretar a estrutura profunda. Tal componente, no chamado modelo *standard*, são as regras semânticas de projeção, denominadas "regras interpretativas", cuja função é a de converter as estruturas profundas sintáticas em conjuntos de leituras, através da integração de itens lexicais sob a forma dos traços marcadores e distintivos propostos por Katz e Fodor (Chabrol, 1973, p. 12). Deve-se ressaltar, entretanto, que a semântica continua em posição de importância secundária, pois, como observa Van Dijk (1973, p. 180), "as transformações ulteriores neste modelo não alteram o sentido assim construído; a estrutura profunda sintático-lexêmica determina-o inteiramente".

Todavia, em decorrência da introdução da semântica na gramática pelo modelo *standard*, certos lingüistas passaram a posições mais avançadas, atribuindo à semântica um papel primordial, o que representa nova fase na evolução da lingüística gerativa, concretizada através do esboço da teoria da semântica gerativa. Para tais lingüistas, entre os quais se distinguem Postal, Lees, Klima, McCawley, Fillmore, Ross, Lakoff, Bach, Rohrer, a noção de estrutura profunda, tal como é definida na teoria *standard* de Chomsky-Katz, é inadequada para a explicação de certos fenômenos lingüísticos (Dubois-Charlier, 1972, p. 5; Chabrol, 1973, p. 13-4; Van Dijk, 1973, p. 180-1). Na realidade, não há sintaxe autônoma ou arbitrária, pois toda regra e toda representação devem ser ao mesmo tempo semânticas e sintáticas; as estruturas subjacentes que correspondem às estruturas de superfície não contêm itens lexicais, ao contrário das estruturas profundas da teoria *standard*, mas devem conter elementos semânticos primitivos, sendo,

portanto, necessário derivar representações semânticas. Dentro desta visão, a distinção entre estrutura profunda e estrutura superficial sintática perde seu caráter de pertinência.

Além disso, a semântica gerativa postula a ligação entre lingüística e lógica, a lógica da língua natural. A gramática gerativa deve ligar as frases gramaticais à sua forma lógica correspondente; em outras palavras, a estrutura subjacente gramatical de uma frase é a forma lógica desta frase, e as regras de gramática são regras que ligam lógica e forma de superfície.

A semântica gerativa parecia ser um modelo de descrição mais adequado do que o modelo **standard**: explicaria melhor muitas categorias tradicionalmente introduzidas na estrutura sintática para poderem desencadear transformações particulares, considerando-as como semânticas ou semântico-lógicas; definiria melhor problemas de relações funcionais entre as categorias de uma frase; teria um tratamento mais produtivo para noções como pressuposição, tema/rema, lógica natural, postulado de sentido, mundos possíveis; em suma, produziria um modelo melhor para a competência lingüística.

A introdução de ligeiras modificações mais recentes no modelo **standard** pôde dar conta de vários fenômenos problemáticos não resolvidos anteriormente. Estas modificações no modelo resultaram, especificamente, no reconhecimento de que a estrutura superficial, pós-transformacional, pode contribuir para o sentido da frase. Para verificá-lo, basta considerar fenômenos de contraste, de ênfase, de foco, de tematização (Van Dijk, 1973, p. 181).

A gramática textual não só está diretamente interessada nos aspectos acima mencionados, discutidos pela gramática gerativa — chomskyana ou semântica —, como também sustenta que eles não podem ser descritos adequadamente por uma gramática frasal. De qualquer forma, é na lingüística gerativa que se encontra um conjunto de procedimentos metodológicos e de descrições empíricas que servirão de base sólida para se proceder à extensão da gramática frasal para uma gramática textual.

### 3.3 — Contribuições da lingüística pragmática

Outra modificação importante introduzida recentemente na lingüística, e que está na base da teoria de texto, é a pragmática. Ao lado da sintaxe, da morfologia e da semântica, postula-se que a gramática, como toda teoria semiótica, deve

ter um componente pragmático que dê conta dos sistemas que subjazem à utilização, pelo falante, de enunciados ou textos em situações apropriadas. Em outras palavras, a pragmática lingüística propõe-se estudar aspectos da linguagem do ponto de vista de seu uso, relacionar a linguagem com seus usuários, descrever os atos de fala ou enunciações comunicativas, levando em consideração tanto o contexto, ou entorno verbal, quanto a situação de fala/comunicação, ou a inserção no domínio não verbal (Van Dijk, 1973, p. 181; Schmidt, 1978, p. 29 e passim).

Há autores, entre os quais Schmidt (1978, p. 37), que enfatizam a hipótese de que, para uma teoria de texto, "as operações verbais não se desenvolvem a não ser em associação integral com os processos comunicativos concretos e no seio de uma sociedade concreta". Por isso, segundo o citado autor, a lingüística de texto, teórica e metodologicamente, só pode extrair seus objetos dos "integrals comunicativos"; e, para não se fazerem falsas abstrações nas análises ou descrições — isto é, esquecendo os aspectos pragmáticos — o ponto de partida da teoria de texto deve situar-se em "entidades complexas de comunicação lingüístico-social". Grande parte da gramática de texto vai, pois, basear-se nas teorias pragmáticas relacionadas com os atos de fala.

As principais categorias abordadas pela lingüística pragmática são: o emissor e o receptor com suas respectivas características (conhecimentos da língua, do sistema referencial, da situação contextual, e outros; intenções e expectativas; pressuposições de ambos; conceitos de um a respeito do outro; posição social); as categorias de tempo e de lugar relacionadas com a enunciação, como base para a explicação de diferentes advérbios, tempos gramaticais, termos dêiticos; os aspectos contextuais, ou condições internas que contribuem para a análise ou produção de constituintes textuais; as limitações gerais quanto à recepção das informações, à atenção, ao interesse e a outros dados físicos ou psicológicos; os diferentes tipos de enunciações ou atos ilocucionários, com suas condições de uso necessárias e suficientes (afirmação, pergunta, saudação, ordem, promessa, desejo, etc.), e os diferentes tipos de discurso, definidos em função dos próprios objetivos e de suas normas sócio-comunicativas vigentes (cf. Van Dijk, 1973, p. 181-2; Schmidt, 1978, cap. 3, 4, 5 e 6; Récanati, 1979, p. 10-1).

Supõe-se nos falantes uma espécie de "competência comunicativa" que lhes permite servir-se efetivamente da faculdade de fala de acordo com os objetivos que têm em mente

e com as diferentes situações de comunicação. A hipótese central formulada por lingüistas pragmáticos, entre os quais Labov, Campbell, Wunderlich, Wales, Schmidt, Van Dijk, é a de que todo falante possui um conhecimento ideal dessas regras pragmáticas. Por isso, propõem que a pragmática seja tratada como uma parte legítima e necessária da gramática (Van Dijk, 1973, p. 181; Schmidt, 1978, p. 20 e passim).

Assim, a lingüística pragmática relaciona a gramática/competência com o uso direto e concreto do sistema lingüístico para fins de comunicação. Do que foi exposto, pode-se deduzir com Van Dijk (1973, p. 182) que a teoria lingüística deverá compreender também uma semântica no sentido lógico-semiótico, ou teoria da referência, cuja tarefa será a de especificar quais as regras que relacionam a representação semântica (no sentido lingüístico) e as estruturas referenciais. Pode-se prever a formalização de uma semântica que se denominaria "contextual", para definir explicitamente "as modalidades de uma interpretação em relação a um ouvinte determinado de um enunciado determinado de um locutor determinado com uma intenção determinada em relação a uma referência determinada numa situação contextual e espaço-temporal determinada".

#### 4 — POR QUE UMA GRAMÁTICA TEXTUAL?

##### 4.1 — Para além da frase

Os desenvolvimentos lingüísticos e metodológicos da gramática gerativa — através do modelo *standard* e da semântica gerativa — e a evolução introduzida pela lingüística pragmática fundamentaram hipóteses e teorias que possibilitaram a elaboração de uma gramática de texto.

Não se pode esquecer que uma gramática textual somente merecerá o devido interesse se chegar a resolver questões específicas da lingüística atual, as quais, de acordo com os desenvolvimentos acima resumidos, se situam sobretudo na área dos problemas semânticos e pragmáticos dos atos de fala vistos como atos sócio-comunicativos. Lembre-se, por outro lado, que a gramática gerativa nunca abordou o discurso como discurso; é essencialmente uma gramática frasal, que se propõe como tarefa formal "enumerar e descrever estruturalmente o conjunto infinito das frases de uma língua". Considera o discurso como "uma longa frase derivável através de encaixes e concatenações sucessivas", e a frase, por sua vez, como a unidade máxima formal de uma gramática (Van Dijk, 1973, p. 183; Chabrol, 1973, p. 8).

Constataram certos pesquisadores que as descrições da lingüística tradicional não são satisfatórias para uma análise de textos. Num primeiro momento, lingüistas alemães, entre os quais devem ser destacados Hartmann e seus discípulos, influenciados pelas análises estatísticas de conteúdo realizadas dentro dos modelos estruturalistas, e interessados nos problemas das estruturas dos discursos, deram-se conta da relevância do estudo dos pronomes, da acentuação, da ênfase; e formularam hipóteses para aperfeiçoar o quadro metodológico no qual deveriam ser prosseguidas as pesquisas textuais (Van Dijk, 1973, p. 183). Constataram, além disso, que as relações formais entre as frases de um texto não dependem unicamente de fatores contextuais.

Os lingüistas descobriram o interesse que haveria no estudo dos aspectos naturais das relações interfrasais, entre os quais ressaltam os fenômenos diafóricos, a pronominalização, a definitivização, os tempos verbais, o desenvolvimento temático e remático, o foco, a ênfase, as pressuposições, as inferências, e outros (cf. abaixo, a seção 5.1). Parece que uma descrição adequada destes fenômenos não é da alçada de uma gramática frasal, mas só pode ser realizada por uma gramática que aborde explicitamente seqüências de frases (Van Dijk, 1973, p. 183).

Além disso, a própria noção de coerência implica a idéia de uma entidade que ultrapassa a frase. O sentido global de um texto não pode ser visto simplesmente como a soma dos sentidos de suas frases. É a coerência global que possibilita reconhecer-se a unidade do texto, seu tema, a intenção do autor (Schmidt, 1978, p. 174-8; Van Dijk, 1973, p. 184).

Estas reflexões levaram alguns teóricos do texto a contestarem a pertinência de gramáticas gerativas frasais até para a sua tarefa específica, que é a de descrever estruturas frasais. Para tais lingüistas, "não somente é mais difícil descrever os fenômenos lingüísticos mencionados no interior de uma derivação de frases, isso é simplesmente impossível", pois a lingüística frasal apenas gera frases, mesmo longas e complexas, mas nunca seqüências de frases (Van Dijk, 1973, p. 184).

##### 4.2 — Motivações teóricas e empíricas

A gramática textual, de acordo com Van Dijk (1973, p. 185-7), procura demonstrar que a análise de um texto não é redutível a uma análise frasal; para tanto, aponta o fato de existirem certas seqüências frasais absolutamente irreduzíveis

a frases únicas compostas, o que confirma que "a diferença entre seqüência (texto) e frase (longa) não é apenas uma diferença de desempenho estilístico". Os exemplos concretos fornecidos pelos lingüistas mostram claramente que a gramática gerativa não prevê descrições simples e consistentes de certos fenômenos, tais como "a coerência de textos dialogados, a desambiguação das frases dentro de um texto, a sinonímia de certas seqüências de frases consecutivas com frases compostas, a acentuação contrastante, a distinção entre enunciados completos e enunciados não completos, a descrição dos pronomes, dos artigos e dos tempos verbais, etc."

A redutibilidade mútua de frases compostas e de textos pressupõe relações de paráfrase em que o sentido permaneça idêntico quando as estruturas superficiais se transformam. Constata Van Dijk (1973, p. 186-7) que, em um grande número de casos de combinações de frases, as diferenças podem realmente ser consideradas apenas estilísticas. Mas, há casos de outros textos — aqueles que encerram frases com operador performativo diferente, por exemplo, ou os diálogos — que não se deixam reduzir a uma frase única. Verifica-se igualmente que em textos mais longos a redução a uma só frase é muitas vezes agramatical e quase sempre inaceitável, o que confirma que "as predições da gramática frasal são fracas neste nível de seqüências de frases". Por outro lado, além de poder reduzir textos a frases únicas, a gramática frasal deveria ser capaz de engendrar qualquer frase de qualquer texto; ora, muitas frases, tomadas isoladamente, são agramaticais ou inaceitáveis.

As tentativas iniciais da lingüística textual — à qual se associam nomes de lingüistas e de teóricos da literatura como Bellert, Danes, Dressler, Hartmann, Harweg, Heidolph, Sanders, Schmidt e, talvez acima de todos, Van Dijk com sua obra fundamental *Some aspects of text grammars* (1972) — ainda estão, de um modo geral, ligadas às gramáticas estruturais e gerativas; mas, com a integração da pragmática, procuram estender a gramática para a descrição e geração de seqüências gramaticais de frases. Procurou-se, inicialmente, encontrar as regras de geração de pares de frases bem formados, deixando para pesquisas ulteriores as regras que determinam grupos de frases triplos, quádruplos, n-tuplos bem formados. São relativamente raras ainda as descrições de relações entre frases e seqüências de frases, ou entre várias seqüências de frases; isso por uma razão prática: as relações em jogo são muito complexas e são mais facilmente analisáveis em casos bem elementares, como, por exemplo, num diálogo constituído de uma pergunta e de uma resposta (Van Dijk, 1973, p. 184).

Nos primeiros estágios da gramática textual, pesquisaram-se mais raramente estruturas globais de textos inteiros, isto é, suas macroestruturas. Mas, parece certo — e essa é uma hipótese básica e unânime da gramática textual — que "um texto não é simplesmente uma seqüência (nem um par, um grupo triplo, n-tuplo) de frases, como também uma frase não é meramente uma seqüência linear de palavras" (Van Dijk, 1973, p. 184. Cf. Schmidt, 1973, p. 142-3 e 1978, p. 169 e passim; Charolles, 1978, p. 8; Halté & Petitjean, 1978, p. 59; Lang, 1972, p. 78).

A extensão da gramática frasal a uma gramática textual apóia-se em argumentos metateóricos e em argumentos empíricos, que são resumidos a seguir.

Ao nível dos argumentos metateóricos, procurou-se demonstrar que uma gramática frasal pode e deve ser reduzida a uma gramática textual. A justificativa é a de que a frase, como objeto empírico da gramática frasal, "não constitui um campo natural da teoria lingüística". "Como a frase é parte de um texto e como o texto é um objeto legítimo da lingüística, toda descrição de frases deve ser integrada numa descrição de textos"; ainda mais porque se constatou — como já foi assinalado acima — que "numerosas propriedades de uma frase dependem das relações interfrasais num texto". Assim, será o conjunto infinito de textos coerentes o campo natural de uma gramática adequada. Por outro lado, o conjunto dos termos interpretados e o conjunto das afirmações hipotéticas (regras) de uma gramática frasal também estão incluídos numa gramática textual, sendo impossível, entretanto, afirmar o inverso. Conclui Van Dijk (1973, p. 185) que "uma gramática frasal é apenas uma parte da gramática textual, podendo, portanto, ser reduzida a ela, se o objeto da gramática textual for um campo natural aceitável da teoria lingüística".

Ao nível dos argumentos empíricos, considera-se a gramática textual como um instrumento mais adequado para explicar a competência do falante. Não se comunica por meio de frases, mas de textos (mesmo no caso de um texto de uma só frase). A hipótese fundamental é a de que todo falante conhece as regras que subjazem às relações entre as frases que fazem parte de um texto; só isso explica a capacidade de interpretar/produzir enunciados textuais coerentes, de fazer resumos, de atribuir um título geral a um texto, de distinguir um texto coerente de um conjunto de frases sem nexo, de compreender a intenção geral do autor, de distinguir diferentes tipos de discursos, de identificar incoerências, repetições, progressões, ênfases e outros fenômenos de relações entre as

frases. Argumenta Van Dijk (1973, p. 183-4): "Se o falante pode produzir/interpretar um número infinito de discursos diferentes, sua competência é necessariamente uma competência textual. É muito pouco provável, e até impossível, que a produção e a percepção de enunciados textuais se opere por uma concatenação não regrada de frases isoladas." Como o falante não se exprime através de frases, mas de textos, e como a pragmática lingüística vê no ato de fala essencialmente um ato sócio-comunicativo, compreende-se por que a teoria de texto postula no falante o que denomina de "competência comunicativa", manifestada através da produção de seus textos (Cf. Schmidt, 1973, p. 140-4 e 1978, p. 19 e passim; Van Dijk, 1973, p. 181-5). Será função da gramática textual formular as regras e restrições para a concatenação das frases (ao nível de microestrutura) bem como para a organização do todo, em vista da coerência global (ao nível da macroestrutura).

## 5 — ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DE UMA GRAMÁTICA DE TEXTO

A noção fundamental da gramática textual parece ser a de coerência. Entretanto, não se dispõe ainda de dados suficientes para definir de maneira bastante segura esse conceito de coerência textual. Ela pode ser analisada em dois níveis de organização do texto, qualificados como macroestrutural e microestrutural. A coerência macroestrutural é geralmente identificada com a estrutura profunda lógico-semântica do texto, ou de partes de textos que constituam um todo menor dentro do texto global (seqüência, parágrafo); a coerência microestrutural ou superficial diz respeito às condições de encaideamento, às relações entre as frases sucessivamente ordenadas de um texto ou de uma seqüência (ou parágrafo).

### 5.1 — Aspectos da coerência microestrutural

As relações de encaideamento entre as diferentes frases de um texto ou de uma seqüência de frases estão sujeitas a regras bastante complexas de coerência. Podem ser apresentados diversos fenômenos concretos de relações entre frases consecutivas, que permitem constatar que tais relações determinam as estruturas superficiais, condicionando a coerência microestrutural de um texto (Van Dijk, 1973, p. 195-8; Schmidt, 1978, p. 175 e 187; Charolles, 1978, p. 11 e passim).

5.1.1 — Os elementos de recorrência, indispensáveis para a coerência de uma seqüência ou de um texto, assumem diversas formas, pois a língua dispõe de recursos variados e numerosos que possibilitam a repetição de constituintes tex-

tuais através de outros constituintes mais ou menos próximos. Entre estas relações interfrasais cumpre destacar a pronominalização, a definitivização e a substituição lexical.

A **pronominalização**: o uso de pronomes faculta, como é sábio, repetir, a certa distância, um sintagma, uma frase ou até uma seqüência de frases. O uso de tais pronomes (**o, aquele, ela, isso, o primeiro, seu, o último**, etc), bem como o de certos advérbios (**ai, então**, etc.), representa o que se chama de fenômeno diafórico. O processo é anafórico quando o constituinte em questão remete a outro constituinte que o precede; é catafórico quando o constituinte antecipa seu referente. As pronominalizações resultam da aplicação de processos transformacionais sujeitos a regras estritas, cujo conhecimento é indispensável tanto para a produção quanto para a interpretação aceitável de seqüências frasais, de modo que o não conhecimento de tais regras pode induzir a usos agramaticais, ou então dificultar a interpretação de certos textos, entre os quais se destacam os textos técnicos, por recorrerem com alta freqüência aos processos anafóricos e catafóricos (Charolles, 1978, p. 15-6; Halté & Petitjean, 1978, p. 70-3; Dubois et alii, 1978, p. 46).

A **definitivização**: a passagem do artigo indefinido para o artigo definido num grupo nominal também está sujeita a regras estritas que determinam quais as condições a serem satisfeitas pelas frases precedentes, mas que são bastante difíceis de serem definidas teoricamente. Além de uma regra pragmática ("o referente denotado deve ser conhecido pelo receptor"), entram em jogo condições gramaticais de relação semântica de equivalência, de inclusão; ou condições referenciais ("os referentes devem ser idênticos, ou ter relações de classe entre si") (Charolles, 1978, p. 16; Van Dijk, 1973, p. 187).

A **substituição lexical**: muitas vezes, pode-se evitar a repetição de lexemas através de substituições lexicais, o que constitui o fenômeno denominado de co-referência. A gramática textual poderá estudar as regras semânticas e pragmáticas que condicionam de modo bastante rigoroso o emprego de tais substituições de lexemas para um mesmo co-referente (Charolles, 1978, p. 16-8; Halté & Petitjean, 1978, p. 60-1).

5.1.2 — Além dos fenômenos de recorrência, há alguns outros considerados relevantes do ponto-de-vista das relações interfrasais. Serão referidos, entre estes: os tempos verbais, a tematização, os articuladores e as pressuposições e inferências.

Os **tempos verbais**: "as ações, estados, processos, fatos denotados pelos verbos, devem entrar em séries coerentes

segundo uma lógica dedutiva e indutiva: causa, consequência, etc." Mas, além disso, os verbos obedecem "a uma lógica temporal do discurso, representada, na superfície, pelos advérbios e pelos tempos gramaticais". Esses tempos, por sua vez, são determinados, de um lado, "em relação ao índice temporal pragmático" (o tempo da enunciação) e, de outro, "em relação aos tempos verbais denotados pela estrutura semântica do texto". Isso tudo estabelece uma relação bastante complexa entre os grupos verbais de seqüências frasais (Van Dijk, 1973, p. 188).

**A tematização:** havendo necessidade de progressão temática em qualquer texto, este deverá receber uma contribuição semântica constantemente renovada. Ora, a introdução de informações novas não se faz de qualquer maneira. As pesquisas atuais sobre a articulação tema/rema (ou tópico/comentário) permitem verificar-se de que modo, num texto bem formado, os elementos que contêm novidade semântica são introduzidos segundo determinadas regras e planos, levando-se em conta os elementos já conhecidos. Para que um texto seja coerente, supõe-se um equilíbrio — difícil de definir teoricamente — entre a continuidade temática e a progressão remática (Charolles, 1978, p. 20-2; Halté & Petitjean, 1978, p. 62-70; Combettes, 1978; Dubois et alii, 1978, p. 118 e 581-2).

**Os articuladores:** um texto é considerado coerente se os fatos nele denotados têm ligação entre si, ou mais precisamente, se as ações, estados ou acontecimentos denotados são vistos como sendo congruentes no tipo de universo reconhecido por quem avalia o texto. Esta relação de congruência repousa, pois, sobre a percepção de uma relação entre os fatos. Ora, nos discursos naturais, as relações de relevância fatural são normalmente manifestadas através dos articuladores (conjunções, advérbios, preposições), que indicam causa, consequência, oposição, finalidade, condição, etc. Disso depreende-se a importância do uso de articuladores para uma gramática que estuda a coerência textual (Charolles, 1978, p. 22-32; Dubois et alii, 1978, p. 68).

**As pressuposições e inferências:** todo texto, ao longo de suas frases ou seqüências frasais, encerra pressuposições ou inferências, isto é, refere-se a conteúdos semânticos não expressos, mas que devem ser levados em conta. Segundo a gramática textual, as pressuposições e inferências fazem parte do enunciado; por isto, o fato de não serem assumidas pelo receptor ou de serem contraditas pelo próprio locutor pode tornar o texto incoerente ou, no mínimo, estranho. Para este importante aspecto das análises textuais, a gramática de texto

apóia-se nas contribuições valiosas fornecidas pela lingüística pragmática, quanto à teorização sobre pressuposições e inferências (Charolles, 1978, p. 18-31; Schmidt, 1978, p. 100 e passim; Dubois et alii, 1978, p. 484).

## 5.2 — A coerência macroestrutural

A maioria dos trabalhos realizados no quadro da gramática textual têm abordado aspectos interfrasais relacionados com a estrutura superficial, tais como os acima mencionados. Entretanto, evidenciam-se cada vez mais que as relações de superfície constituem somente uma parte da gramática e que elas não asseguram, por si só, a coerência do texto. Por isso, formulam-se hipóteses sobre a existência de uma coerência textual definida a nível macroestrutural. Já antes da lingüística textual, tais hipóteses se apresentavam sob diversas formas, tanto na psicologia e na sociologia como na poética e na análise da narrativa, conforme já foi assinalado acima. A semântica e a lingüística pragmática, porém, propiciaram à lingüística de texto novas formulações de hipóteses.

O que se denomina de macroestrutura do texto corresponde à estrutura profunda lógico-semântica; ela "especifica um conteúdo global do texto, determinando a formação global das representações semânticas das frases sucessivas". Por isso, é considerada uma condição necessária para toda atuação verbal sócio-comunicativa eficaz. "Sem uma tal macroestrutura, afirma Van Dijk (1973, p. 189), e as regras que lhe subjazem, a coerência do texto seria apenas superficial e linear."

Os trabalhos e métodos que estabelecem relações superficiais entre as frases, quando o fazem num sentido limitativo, não dão conta do fato de que os lexemas e as estruturas semânticas que eles representam são interpretados em relações mais globais, características do texto inteiro. Ora, ainda segundo Van Dijk (apud Schmidt, 1978, p. 175-6), "as relações e restrições da (estrutura de) superfície, como a recorrência morfemática, a pronominalização, a continuidade do tempo e o uso específico de conjunções e advérbios entre as frases, devem ser considerados como representações, às vezes altamente específicas à língua, de relações semânticas mais profundas entre as SR (representações semânticas)".

A conexão das frases para a formação de textos, bem como a seleção e o encadeamento dos constituintes textuais, pressupõe um princípio semântico mais amplo do que a frase, situando-se ao nível do texto global. Por isso, a estrutura profunda textual, tal como a propõe Van Dijk (apud Schmidt, 1978,

p. 176), constitui a base tanto para as estruturas sintagmáticas como para os relacionamentos que podem ser estabelecidos entre elas.

Vários argumentos podem ser aduzidos para ilustrar a pertinência dessas hipóteses. Assim, num romance, por exemplo, os diferentes atributos de uma personagem estão distribuídos através de todo o texto, mas, intuitivamente, são percebidos como uma só macrocategoria, denotando o caráter da personagem (Van Dijk, 1973, p. 189). Algumas razões pragmáticas assinaladas acima (na seção 4.2) fazem crer na existência de uma coerência macroestrutural do texto. É essa estrutura profunda lógico-semântica que explica a possibilidade de existirem relações entre todas as frases de um texto. A hipótese dessa macroestrutura explica também a possibilidade de produção/interpretação de textos longos semanticamente coerentes, pois isso pressupõe a existência e, respectivamente, o reconhecimento de um plano global que sustenta a série de representações semânticas. É esse plano que pode ser retido na memória para orientar a seleção e o encadeamento dos constituintes textuais, a fim de se obter uma estrutura global coerente e comunicativa; é esse plano que permite ao receptor a produção de projeções relativas ao desenvolvimento posterior do texto. Sem a hipótese da macroestrutura, seria impossível explicar a capacidade de produzir/interpretar textos longos coerentes como um todo, pois a memória seria incapaz de conservar todas as estruturas semânticas de todas as frases consideradas isoladamente (Schmidt, 1978, p. 176-7).

Deve-se a Van Dijk (1972; ver especialmente II, cap. 3) uma formulação longa e fundamentada da hipótese da estrutura profunda do texto, conceito esse descrito como o correlato lingüístico do conceito psicológico de "intenção de comunicação": "o plano de um texto, assim como o noço comportamento, parece ser determinado por planos subjacentes (intenções, etc.)".

Schmidt (1978, p. 178) sintetiza tais argumentos e conclui: "Para que um conjunto de enunciados venha a constituir um texto coerente é preciso que nele seja mantida uma intenção e que esta seja reconhecível por parte dos parceiros. A reconstrução lingüística desta intenção comparece na análise como a estrutura-em-profundidade lógico-semântica, garantido a coerência do texto e habilitando-o como realização socialmente legitimada de uma atuação textual." Evidenciam essas considerações sintéticas quanto se deve às contribuições das duas correntes, a semântica gerativa e a lingüística pragmática,

as quais, conjugadas e integradas, prepararam o advento da lingüística textual.

## 6 — CONCLUSÃO

O que foi exposto, principalmente quanto às contribuições da semântica gerativa e da lingüística pragmática, e quanto à fundamentação e ao objeto da gramática textual, permite algumas reflexões, à guisa de conclusão:

6.1 — A lingüística textual aparece, sem dúvida, como uma abordagem nova e atualizada no estudo da linguagem humana, ao focalizar os enunciados textuais como as manifestações lingüísticas nos atos sócio-comunicativos. Parece inquestionável que as relações interfrasais de coerência microestrutural e os problemas de coerência macroestrutural só podem receber o devido tratamento dentro de uma gramática específica e explicitamente textual.

6.2 — Sendo a lingüística textual um resultado ainda recente da evolução dos estudos lingüísticos contemporâneos, e estando ela ainda em pleno estágio de elaboração, de formulação e verificação de hipóteses, encontra-se aberto um vasto campo de pesquisas, teóricas e práticas, sobre os diversos pontos assinalados ao longo do artigo, principalmente nas seções 5.1 e 5.2. Tais pesquisas poderão (e deverão) constituir um novo foco de interesse para os estudiosos da linguagem, sejam eles professores, pesquisadores, ou estudantes de cursos de pós-graduação.

6.3 — As pesquisas da lingüística de texto são da maior relevância, se se considerarem suas possibilidades de aplicação concreta em abordagens textuais. Neste sentido, merecem ser citadas, como áreas particularmente beneficiadas com abordagens metodologicamente renováveis, três atividades que constituem utilizações normais e constantes da linguagem para fins de comunicação:

— a *leitura*: a competência de leitura ultrapassa a decifração e compreensão de palavras e frases isoladas. Para chegar-se à percepção/interpretação do texto como um todo coerente e organizado, das relações lógico-semânticas entre as frases, as seqüências de frases e o todo, bem como de sua estruturação e encadeamento, da graduação hierárquica entre os diferentes constituintes textuais, da intenção do autor, de seus objetivos, da seleção dos recursos lingüísticos e dos demais aspectos pragmáticos envolvidos, requer-se, na prática da leitura, o desenvolvimento de uma verdadeira "competência textual".

— a **redação**: na expressão escrita, requer-se também uma "competência textual", isto é, que ultrapasse a capacidade de utilização adequada de itens lexicais ou de frases. No que diz respeito à progressão temática/remática, ao encadeamento de frases e seqüências (parágrafos), aos elementos de recorrência, aos tempos verbais, às pressuposições e inferências, aos articuladores lógicos e retóricos, à seleção dos recursos lingüísticos de acordo com as condições pragmáticas em jogo e, principalmente, quanto à estruturação lógica global, existem normas transfraseais mínimas que condicionam uma boa composição. É à gramática textual que cabe teorizar, apresentando o conjunto de regras de boa formação textual, do qual se derivarão todos os critérios de coerência micro e macroestrutural.

— a **tradução**: Na tradução, entra em jogo uma dupla "competência textual": a de recepção e a de re-produção. Somente uma gramática textual poderá fornecer ao tradutor certos subsídios, no que concerne a aspectos transfraseais, possibilitando-lhe realizar adequadamente sua dupla tarefa: a de interpretar determinado texto (e não frases isoladas) e a de produzir outro texto funcionalmente equivalente na língua-alvo, dando conta das intenções do autor, do tipo de texto em questão, do sentido global e das relações de coerência superficial do texto original.

6.4 — A gramática textual, tal como foi apresentada neste artigo, pode ser vista como básica para uma gramática narrativa ou literária; porém, esta não pode reduzir-se àquela, pela razão evidente de que a gramática narrativa ou literária compreende categorias e regras ausentes da gramática textual, que possibilitam, precisamente, caracterizar o discurso literário como gênero próprio.

6.5 — Um dos aspectos da gramática textual que talvez mais mereçam ser destacados é o fato de que sua aplicação, quer à leitura, quer à redução, quer à tradução, exige um incremento de atividades que propiciem nos sujeitos o desenvolvimento da capacidade de reflexão, de raciocínio, de discernimento, análise e espírito crítico, em suma, o exercício do pensamento lógico, que parece básico em qualquer processo de ensino/aprendizagem.

## 7 — REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS \*

- 7.1 — BARTHES, Roland. Introduction à l'analyse structurale des récits. *Communications*, Paris, Seuil (8): 1-27, 1966.
- 7.2 — CHABROL, Claude. De quelques problèmes de grammaire narrative et textuelle. In: ——— et alii. *Sémiotique narrative et textuelle*. Paris, Larousse, 1973. p. 7-28.
- 7.3 — CHAROLLES, Michel. Introduction aux problèmes de la cohérence des textes. *Langue française*, Paris, Larousse (38): 7-14, mai 1978.
- 7.4 — COMBETTES, Bernard. Thématisation et progression thématique dans les récits d'enfants. *Langue française*, Paris, Larousse (38): 75-86, mai 1978.
- 7.5 — DUBOIS, Jean et alii. *Dicionário de lingüística*. São Paulo, Cultrix, 1978.
- 7.6 — DUBOIS-CHARLIER, Françoise. La sémantique générative: une nouvelle théorie linguistique? *Langages*, Paris, Didier/Larousse, 7 (27): 5-77, sept. 1972.
- 7.7 — HALTÉ, Jean-François & PETITJEAN, André. Lire et écrire en situation scolaire. *Langue française*, Paris, Larousse (38): 59-73, mai 1978.
- 7.8 — LANG, Ewald. Quand une "grammaire de texte" est-elle plus adéquate qu'une "grammaire de phrase"? *Langages*, Paris, Didier/Larousse, 7 (26): 75-80, juin 1972.
- 7.9 — PROVOST-CHAVEAU, Geneviève. Problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours. *Langue française*, Paris, Larousse (9): 6-21, fév. 1971.
- 7.10 — RÉCANATI, François. Le développement de la pragmatique. *Langue française*, Paris, Larousse (42): 6-20, mai 1979.
- 7.11 — SCHMIDT, Siegfried J. Théorie et pratique d'une étude scientifique de la narrativité littéraire, à propos de *Plume au restaurant* de Henri Michaux. In: CHABROL, Claude et alii. *Sémiotique narrative et textuelle*. Paris, Larousse, 1973. p. 137-60.
- 7.12 — ———. *Lingüística e teoria de texto*. São Paulo, Pioneira, 1978.
- 7.13 — VAN DIJK, Teun A. *Some aspects of text grammars*. The Hague, Mouton, 1972.
- 7.14 — ———. Grammaires textuelles et structures narratives. In: CHABROL, Claude et alii. *Sémiotique narrative et textuelle*. Paris, Larousse, 1973. p. 177-207.

\* As passagens de obras estrangeiras citadas foram traduzidas pelo autor deste artigo.